

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO– LUIZ FLÁVIO GOMES.....	9
CAPÍTULO I. NATUREZA, OBJETO E OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	23
1. Introdução.....	23
2. Natureza jurídica .....	26
2.1 Jurisdicionalização da execução da pena .....	27
2.2 Ação pública .....	28
2.3 Jurisdição especial .....	29
3. Objeto da execução .....	30
4. Objetivos.....	31
4.1 Fins da pena .....	31
4.2 Fins da execução penal.....	34
5. Jurisprudência selecionada .....	40
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	43
1. Legalidade .....	43
2. Humanidade .....	44
3. Isonomia .....	45
4. Jurisdicionalidade.....	46
5. Individualização da pena .....	46
6. Intranscendência ou personalidade.....	47
7. Devido processo legal.....	48
8. Estado de inocência .....	49
9. Contraditório e ampla defesa.....	50
10. Jurisprudência selecionada .....	51
CAPÍTULO III. EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	55

CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL .....	59
1. Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal? .....	59
2. Fontes positivas da Execução Penal .....	61
2.1 Constituição Federal .....	61
2.2 Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) .....	61
2.3 Código de Processo Penal .....	61
2.4 Código Penal .....	62
2.5 Regras Mínimas para o tratamento dos presos .....	62
2.6 Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995) .....	63
3. Jurisprudência selecionada .....	63
CAPÍTULO V. SUJEITOS PASSIVOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	65
1. Preso provisório .....	65
2. Condenado.....	65
2.1 Classificação do condenado .....	66
2.2 Exame criminológico .....	67
2.2.1 Origem histórica do exame e análise crítica.....	69
2.2.2 A falta de exigência legal do exame para progressão .....	71
2.3 Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”).....	73
2.4 Comissões de classificação .....	80
2.4.1 Comissão Técnica de Classificação (CTC) .....	80
2.4.3 Comissão junto ao Juízo da Execução.....	80
2.5 Beneficiário de <i>sursis</i> .....	80
2.6 Libertado condicionalmente.....	80
2.7 Crime político.....	81
2.8 Crime militar .....	81
2.9 Crime eleitoral .....	82
2.10 Crime de competência federal.....	82
3. Submetido à medida de segurança .....	83
4. Prisão civil .....	84
5. Prisão administrativa.....	84
6. Egresso .....	84
7. Estrangeiro .....	85
7.1 Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países .....	86
8. Indígena .....	87
9. Jurisprudência selecionada .....	87

CAPÍTULO VI. ASSISTÊNCIA AO PRESO .....	91
1. Assistência material .....	91
2. Assistência à saúde .....	94
3. Assistência jurídica.....	96
4. Assistência educacional .....	96
5. Assistência social.....	98
6. Assistência religiosa.....	100
7. Assistência ao egresso .....	101
8. Auxílio-reclusão.....	103
9. Jurisprudência selecionada .....	105
CAPÍTULO VII. TRABALHO.....	107
1. Finalidades .....	107
2. Regras.....	109
3. Remuneração e outros direitos.....	110
4. Remição .....	113
5. Trabalho interno.....	113
6. Trabalho externo.....	114
7. Casos excepcionais.....	116
7.1 Lei das Contravenções Penais.....	116
7.2 Crime político.....	116
7.3 Submetido à medida de segurança .....	116
8. Jurisprudência selecionada .....	117
CAPÍTULO VIII. DEVERES .....	119
CAPÍTULO IX. DIREITOS.....	123
1. Direitos constitucionais fundamentais.....	125
1.1 Quanto à pena .....	125
1.2 Quanto à prisão.....	126
1.3 Quanto ao preso condenado .....	127
2. Direitos das Constituições Estaduais .....	129
3. Direitos da Lei de Execução Penal.....	135
3.1 Proteção da imagem do condenado.....	136
3.2 Lazer.....	136
3.3 Visitas.....	137

3.3.1	Visita virtual.....	139
3.3.2	Visitas íntimas.....	140
3.4	Entrevista pessoal e reservada com advogado.....	143
3.5	Entrevista com o diretor.....	144
4.	Restrição dos direitos.....	145
5.	Direitos retirados.....	145
6.	Direitos suspensos.....	146
6.1	Direitos políticos.....	146
6.2	Direito de dirigir.....	149
7.	Direito de fugir?.....	150
8.	Transporte.....	151
9.	Sigilo de correspondência.....	151
10.	Jurisprudência selecionada.....	154
CAPÍTULO X. DISCIPLINA.....		157
1.	Tipicidade e anterioridade da infração.....	158
2.	Competência disciplinar.....	160
3.	Faltas graves.....	161
4.	Faltas médias e leves.....	164
5.	Sanções.....	165
6.	Uso de algemas.....	167
7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	170
7.1	RDD e política criminal.....	176
8.	Recompensas.....	178
9.	Procedimento e aplicação das sanções.....	179
10.	Prescrição da sanção administrativa.....	181
11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa.....	181
12.	Jurisprudência selecionada.....	182
CAPÍTULO XI. ÓRGÃOS DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL.....		187
1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).....	188
2.	Departamentos penitenciários.....	189
2.1	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).....	189
2.2	Departamentos penitenciários locais.....	190
3.	Conselho Penitenciário.....	190
4.	Juízo da execução.....	192

4.1	Lei posterior.....	193
4.2	Extinção da punibilidade.....	194
4.3	Soma ou unificação das penas.....	195
4.4	Progressão ou regressão de regime.....	196
4.5	Detração e remição.....	197
4.6	Suspensão condicional da pena ( <i>sursis</i> ).....	198
4.7	Livramento condicional.....	198
4.8	Saídas temporárias.....	198
4.9	Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos....	199
4.10	Medida de segurança.....	199
4.11	Remoção para outra unidade da federação.....	200
4.12	Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais.....	201
4.13	Formação do Conselho da Comunidade.....	201
4.14	Atestado de pena a cumprir.....	201
4.15	Incidentes da execução.....	201
4.16	Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança.....	202
5.	Ministério Público.....	202
6.	Patronato.....	204
7.	Conselho da comunidade.....	205
8.	Defensoria Pública.....	207
CAPÍTULO XII. ESTABELECEMENTOS PENAIS.....		209
1.	Classificação e separação.....	209
2.	Instalações especiais.....	211
3.	Local.....	212
4.	Lotação. Vagas.....	214
5.	Estabelecimentos em espécie.....	215
5.1	Penitenciária (regime fechado).....	216
5.2	Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	217
5.3	Penitenciárias federais de segurança máxima.....	217
5.4	Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru).....	219
5.5	Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto).....	219
5.6	Casa do Albergado (regime aberto).....	220
5.7	Centro de Observação Criminológica.....	222
5.8	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	222

5.9	Ambulatório .....	223
5.10	Cadeia Pública .....	223
5.11	Centro de Detenção Provisória .....	224
6.	A iniciativa privada .....	224
7.	Jurisprudência selecionada .....	226
CAPÍTULO XIII. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....		227
1.	“Execução provisória” .....	228
2.	Pena privativa de liberdade .....	231
3.	Guia de recolhimento (carta de guia) .....	232
4.	Liquidação das penas .....	234
5.	Prisão especial .....	235
6.	Regimes.....	237
6.1	Regime fechado.....	240
6.2	Regime semiaberto.....	240
6.3	Regime aberto.....	241
6.4	Regime aberto domiciliar .....	242
6.5	Progressão.....	243
6.6	Regressão .....	250
7.	Remição .....	253
7.1	A remição pelo trabalho.....	254
7.2	A remição pelo estudo .....	255
7.3	Procedimento de declaração da remição .....	257
7.4	Perda dos dias remidos.....	257
8.	Detração.....	259
9.	Autorizações de saída .....	260
9.1	Permissão de saída .....	260
9.2	Saída temporária .....	262
9.3	Perda do direito à saída .....	265
9.4	Recuperação do direito à saída .....	266
10.	Alvará de soltura .....	266
11.	Jurisprudência selecionada .....	267
CAPÍTULO XIV. EXECUÇÃO DA PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....		277
1.	Código Penal .....	279
1.1	Prestação pecuniária .....	279

1.2	Perda de bens e valores.....	281
1.3	Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.....	281
1.4	Interdição temporária de direitos.....	282
1.5	Limitação de fim de semana.....	285
2.	Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965).....	286
3.	Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).....	286
4.	Código de Trânsito (Lei 9.503/1997).....	287
4.1	Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.....	288
4.2	Multa reparatória.....	288
5.	Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998).....	290
5.1	Prestação pecuniária.....	290
5.2	Prestação de serviços à comunidade.....	291
5.3	Interdição temporária de direito.....	291
5.4	Suspensão de atividades.....	291
5.5	Recolhimento domiciliar.....	291
5.6	Pessoa jurídica.....	292
6.	Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003).....	292
7.	Lei de Falência (Lei 11.101/2005).....	293
8.	Aplicação e execução.....	294
9.	Suspensão da execução das penas restritivas.....	296
10.	Prescrição.....	296
11.	Jurisprudência selecionada.....	296
CAPÍTULO XV. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....		299
1.	Valor.....	300
2.	Pagamento.....	301
3.	Não pagamento.....	302
4.	Suspensão.....	303
5.	Execução.....	303
6.	Prescrição.....	304
7.	Transcendência da pena de multa.....	304
8.	Jurisprudência selecionada.....	304
CAPÍTULO XVI. MEDIDA DE SEGURANÇA.....		307
1.	Aplicação.....	308

2. Espécies .....	309
3. Prazo .....	310
4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .....	311
5. Execução .....	311
6. Cessaçã da periculosidade.....	312
7. Desinternaçã ou liberaçã condicional.....	313
8. Extinçã da medida de segurança .....	314
9. Tratamento médico da Lei 11.343/2006.....	314
10. Jurisprudência selecionada .....	314

## CAPÍTULO XVII. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURSIS*) .....

1. Período de suspensã.....	318
2. Requisitos.....	319
3. Concessã.....	320
4. Crimes hediondos.....	320
5. Fixaçã das condições.....	321
6. Condições em espécie .....	322
6.1 <i>Sursis</i> simples.....	322
6.2 <i>Sursis</i> especial .....	322
6.3 <i>Sursis</i> etário .....	323
6.4 <i>Sursis</i> humanitário.....	323
7. Registro e averbaçã .....	323
8. Perda de eficácia.....	323
9. Fiscalizaçã .....	324
10. Revogaçã .....	325
10.1 Revogaçã obrigatória .....	325
10.2 Revogaçã facultativa .....	326
11. Prorrogaçã do período de prova .....	327
12. Extinçã .....	328
13. Jurisprudência selecionada .....	328

## CAPÍTULO XVIII. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....

1. Requisitos.....	332
1.1 Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos .....	332
1.2 Cumprimento mínimo da pena .....	333



1.2.1	Livramento condicional simples ou ordinário.....	333
1.2.2	Livramento condicional especial ou qualificado.....	334
1.2.3	Livramento condicional extraordinário .....	334
1.3	A soma das penas como base de cálculo para o livramento.....	335
1.4	Comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho.....	335
1.5	Aptidão para autossustentação .....	336
1.6	Reparação do dano .....	336
1.7	Presunção de não reincidência .....	337
2.	Gravidade do crime.....	338
3.	Procedimento para a concessão.....	338
4.	Condições .....	341
4.1	Obter ocupação lícita .....	342
4.2	Comunicação periódica da ocupação .....	343
4.3	Prévia autorização para mudança de comarca .....	343
4.4	Autorização para mudança de endereço.....	343
4.5	Recolhimento à habitação em hora fixada .....	344
4.6	Proibição de frequentar determinados lugares .....	344
4.7	Outras condições .....	344
5.	Acompanhamento .....	344
6.	Suspensão.....	345
7.	Revogação .....	346
7.1	Revogação obrigatória .....	346
7.2	Revogação facultativa.....	347
7.3	Cálculo da pena após a revogação.....	347
8.	Interrupção do prazo.....	348
9.	Prorrogação .....	348
10.	Cumprimento da pena em livramento condicional .....	349
11.	Jurisprudência selecionada .....	349
CAPÍTULO XIX. MONITORAMENTO ELETRÔNICO .....		353
1.	Possibilidades técnicas.....	354
2.	O monitoramento como pena.....	355
3.	Regime fechado e monitoramento.....	355
4.	Prisão preventiva e monitoramento .....	356
5.	O monitoramento na Lei de Execução Penal.....	357
6.	Regulamentação estadual .....	358

CAPÍTULO XX. INCIDENTES NA EXECUÇÃO .....	361
1. Conversões .....	362
1.1 Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	362
1.2 Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	363
1.2.1 Prestação de serviços à comunidade.....	364
1.2.2 Limitação de final de semana .....	365
1.2.3 Interdição temporária de direitos .....	366
1.3 Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança .....	366
1.4 Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	368
1.5 Conversão das penas pecuniárias.....	368
2. Excesso ou desvio.....	368
3. Anistia.....	369
4. Indulto .....	371
5. Graça (indulto individual).....	373
6. Comutação da pena .....	375
7. Delação premiada .....	375
8. Remição .....	379
9. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) .....	379
10. Jurisprudência selecionada .....	379
CAPÍTULO XXI. PROCEDIMENTO JUDICIAL.....	383
1. Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal.....	383
2. Código Penal e Lei de Execução Penal.....	384
3. Rito processual .....	385
4. Recursos .....	386
4.1 Agravo em execução .....	386
4.2 Recurso em sentido estrito.....	388
4.3 Carta testemunhável.....	389
4.4 Correição parcial .....	389
4.5 Embargos infringentes.....	389
5. Mandado de segurança.....	389
6. Revisão criminal .....	389
7. <i>Habeas corpus</i> .....	389
8. Jurisprudência selecionada .....	390

CAPÍTULO XXII. REABILITAÇÃO .....	395
1. Natureza .....	395
2. Competência .....	396
3. Objeto e alcance.....	396
4. Requisitos.....	397
5. Procedimento .....	398
6. Revogação .....	400
7. Recursos .....	400
8. Jurisprudência selecionada .....	400
BIBLIOGRAFIA.....	403
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	411